

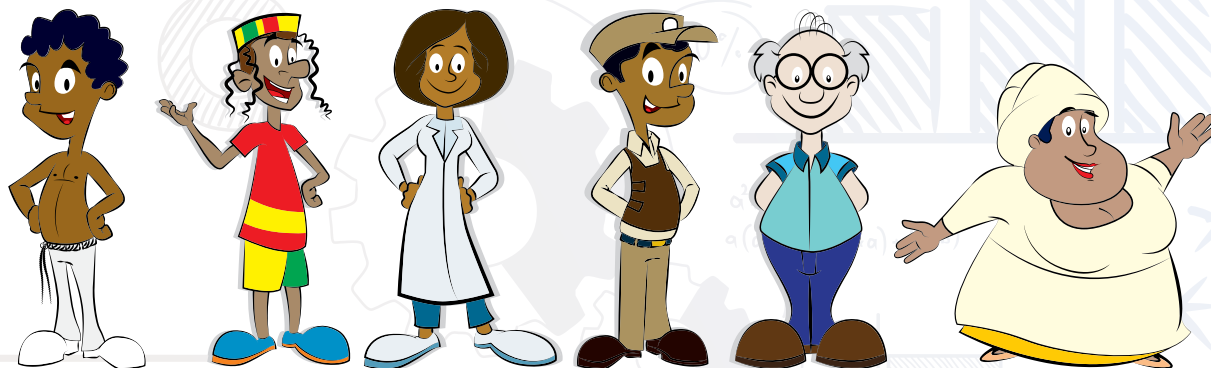
SECRETARIA DA FAZENDA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SIMPLIFICADA 2019



GOVERNO DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SIMPLIFICADA 2019



Salvador, 2019

Bahia. Governo do Estado.
B80p Prestação de Contas Anual Simplificada 2019 / Organizador, Itamar Araujo Gomes Jr.; equipe técnica, Angela Aslan Ribeiro Brito... [et al.].
Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2020.
80p. : il. Color.

Título anterior: Prestação de Contas Anual Simplificada 2018.

1. Administração pública – Prestação de contas – Bahia.
I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título

CDD 351
CDU 35

Elaboração da Ficha Catalográfica: Coordenador da Biblioteca UCS/SEFAZ- Jean Bezerra.

MISSÃO DA SEFAZ:

Prover e administrar os recursos financeiros para viabilizar as políticas públicas do Estado e orientar o cidadão quanto à importância do pagamento dos tributos e do controle da aplicação dos recursos públicos.

Governo do Estado da Bahia

Governador
RUI COSTA

Secretário da Fazenda
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Subsecretário da Fazenda
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

Chefe de Gabinete
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

Superintendente de Administração Financeira
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

Coordenador Geral de Planejamento, Acompanhamento e Controle Financeiro
ROBERVAL LOPES LIMA

Diretor do Tesouro
ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR (ATÉ 28/06/2019)
MURILO CARNEIRO DA COSTA

Diretor da Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO
CRC-BA 18.358/O-5

SUMÁRIO

O que é a Prestação de Contas Anual?	9
Os Tributos e o Gasto Público10
Impostos, taxas e contribuições: qual a diferença?12
Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas?16
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA17
O que é o Orçamento Público?17
O que são Receitas Orçamentárias?18
O que são Despesas Orçamentárias?22
Como se dá a classificação funcional da Despesa Orçamentária?26
O que é o Balanço Orçamentário?33
Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?35
GESTÃO FINANCEIRA37

O que é o Balanço Financeiro?37
O que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa?39
GESTÃO PATRIMONIAL43
O que é o Balanço Patrimonial?43
Como é dividido o Balanço Patrimonial?44
O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais?53
Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais?54
De que forma o resultado das Variações Patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial?58
O que é a Provisão Matemática Previdenciária?61
GESTÃO FISCAL62
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF62
O que é a Dívida Pública?65
GESTÃO ECONÔMICA.67
O que é Balanço Econômico?67
As Concessões de Serviços Públicos, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e os Consórcios Públicos71
CONCLUSÃO79

O QUE É A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL?

Fazer a Prestação de Contas Anual é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no Artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal:

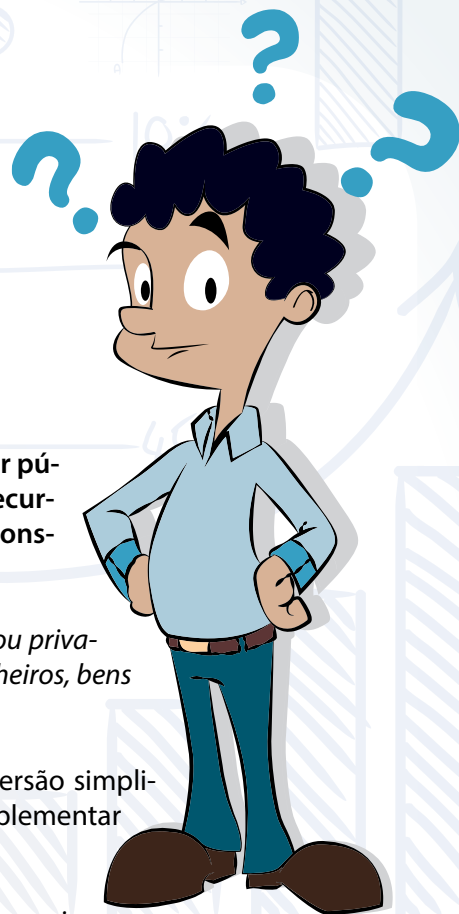
“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...).”

A edição e publicação do Relatório da Prestação de Contas em sua versão simplificada tem o objetivo de atender ao que dispõe o Art. 48, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”

Por meio da Prestação de Contas Anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No Estado da Bahia, é no relatório de prestação de contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo Estado são demonstrados sob os pontos de vista do Orçamento, das Finanças, do Patrimônio e da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

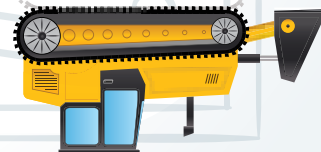
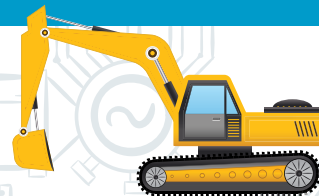


OS TRIBUTOS E O GASTO PÚBLICO

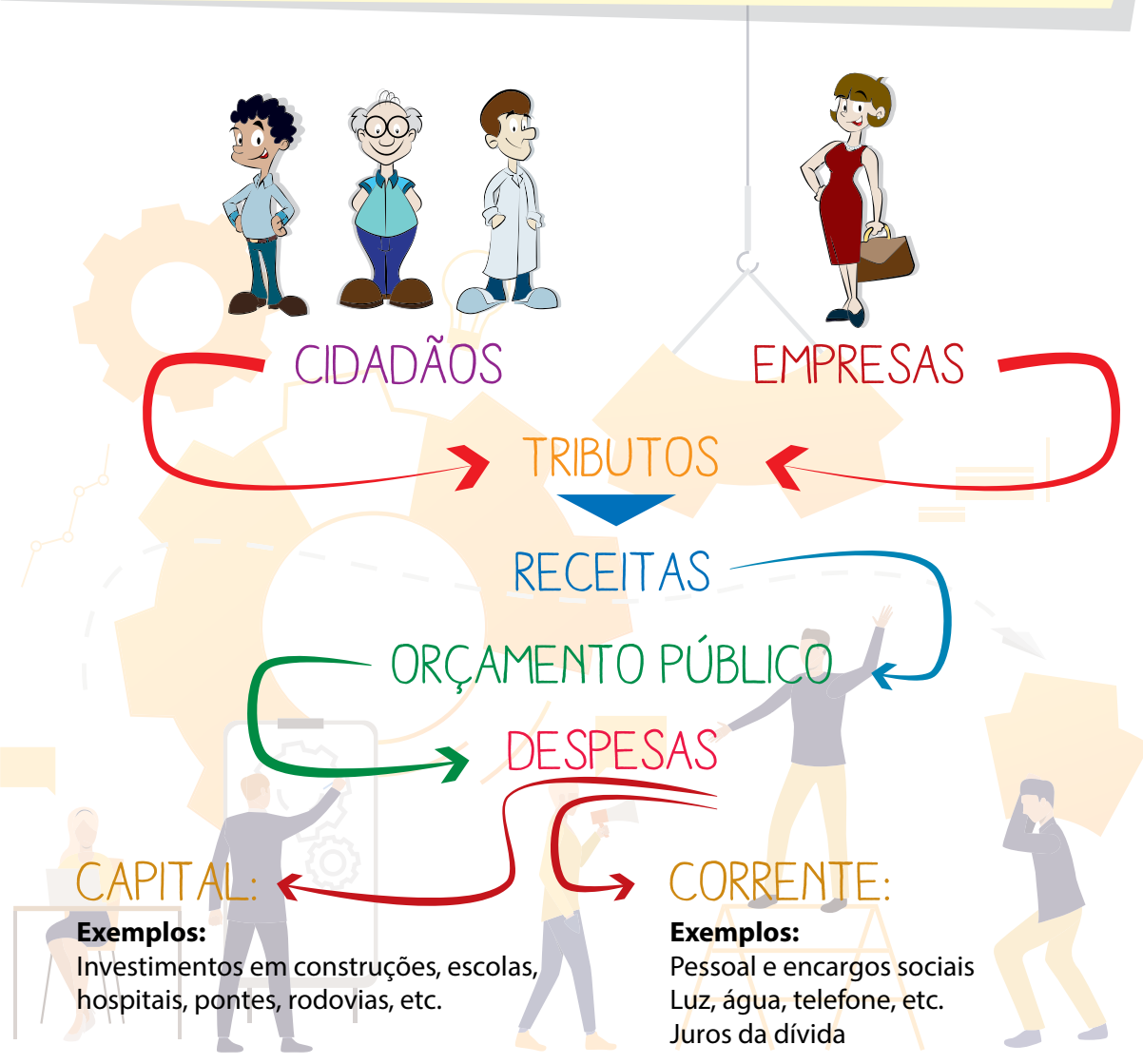
Para melhor entendimento da Prestação de Contas do Estado, é importante saber um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.

O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o pagamento de tributos que viabiliza todos os bens e serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes: de unidades de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das Polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.



O CAMINHO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS



CAPITAL:

Exemplos:

Investimentos em construções, escolas, hospitais, pontes, rodovias, etc.

CORRENTE:

Exemplos:

Pessoal e encargos sociais
Luz, água, telefone, etc.
Juros da dívida

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES: QUAL A DIFERENÇA?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual a diferença entre impostos, taxas e contribuições. Ou ainda: quais os principais tipos de tributos. Definir estes conceitos é uma forma de educar a sociedade para que esta compreenda a origem de cada obrigação, bem como os recursos públicos são aplicados. Confira, no glossário abaixo, a definição para cada categoria.

Imposto – É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qualquer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado em razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

Taxa – O pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro estão aquelas que são relacionadas com o exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária, e no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos, como a carteira de motorista; ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.



Contribuição de Melhoria – É cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefícios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.

Empréstimo Compulsório – Apenas a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

Contribuições Sociais – Podem ser instituídas pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos Municípios para custeio de sistemas de previdência e seguridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e à assistência social. São exemplos: PIS/Pasep, Cofins e INSS.



Você sabia que existem tributos que são específicos dos estados e do Distrito Federal? Conheça alguns deles:

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados, etc.



IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

ITD – Imposto sobre a Transmissão de “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.

DEFINIR ESTES CONCEITOS É UMA FORMA DE EDUCAR A SOCIEDADE PARA QUE ESTA COMPREENDA A ORIGEM DE CADA OBRIGAÇÃO, BEM COMO OS RECURSOS PÚBLICOS SÃO APLICADOS.



COMO É DIVIDIDO O RELATÓRIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS?

O Relatório de Prestação de Contas elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:

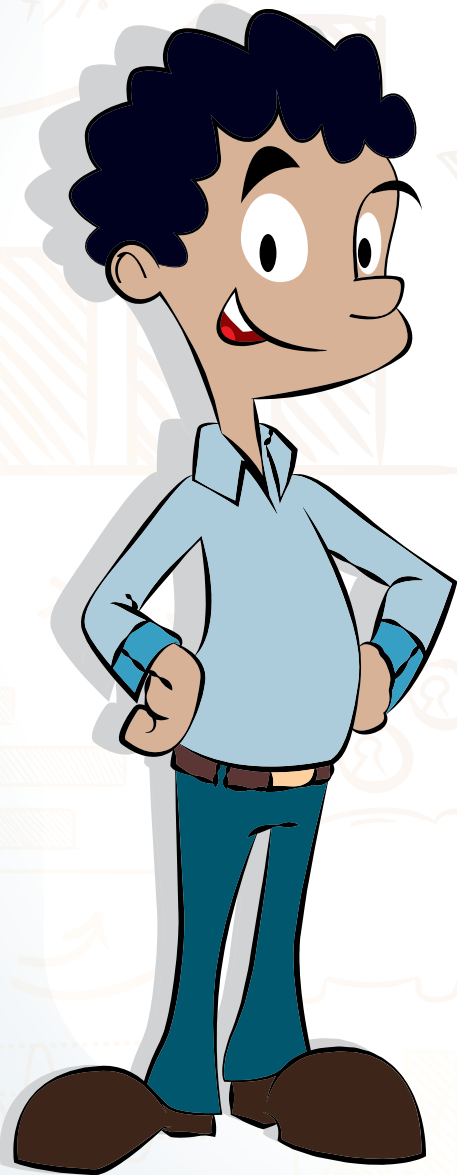
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

GESTÃO FINANCEIRA

GESTÃO PATRIMONIAL

GESTÃO FISCAL

GESTÃO ECONÔMICA



CAPÍTULO

4

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O QUE É O ORÇAMENTO PÚBLICO?

O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2019 foi aprovado pela Lei nº Lei nº 8.809, de 27 de dezembro de 2018.

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos órgãos, entidades e fundos públicos é que pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento o Estado não pode gastar mais do que arrecada.



O QUE SÃO RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS?

Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extra-orçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua natureza como receitas correntes ou receitas de capital.



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos os ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

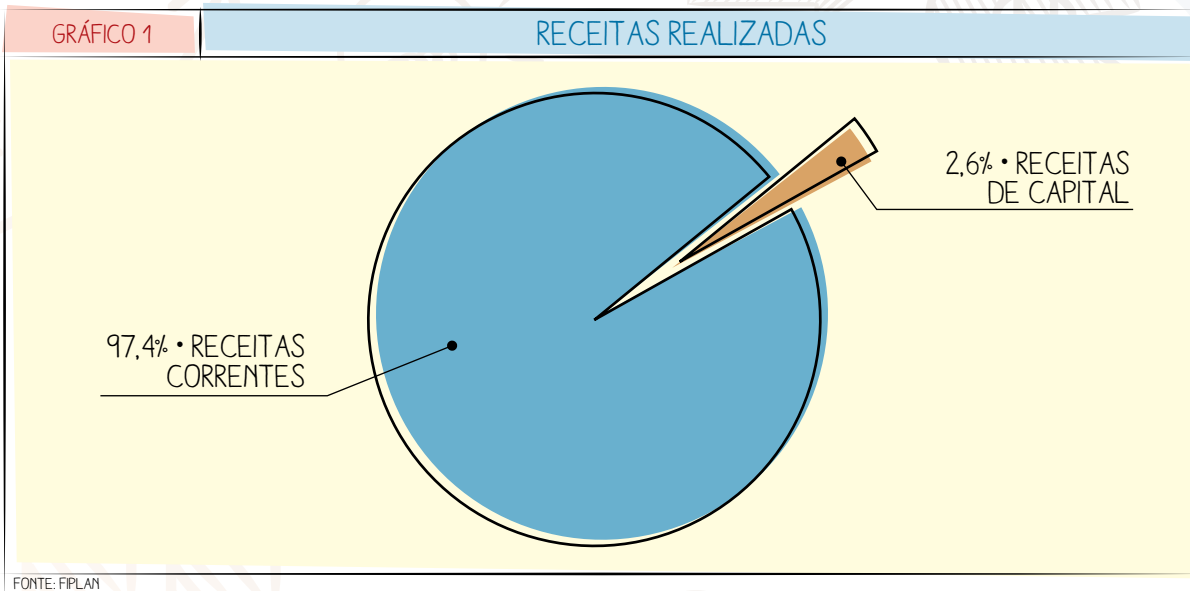
RECEITAS CORRENTES

São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo Poder Público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito onde o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

RECEITAS DE CAPITAL

São aquelas provenientes da conversão em espécie, de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, e decorrente de recebimento de amortização de operação de crédito onde o Estado figura como credor, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos. As transferências de outros entes governamentais, constitucionais ou voluntárias, para investimentos, também são classificadas nesse grupo.

Em 2019, as receitas correntes representaram **97,4%** da receita orçamentária realizada pelo Estado.



RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

O total de receitas correntes chegou a 99,92% do previsto, alcançando o montante de R\$ 47.619,008 mil.

As receitas de capital totalizaram 51,90% do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito.



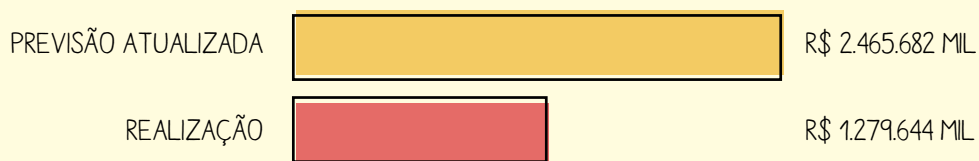
GRÁFICO 2

RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL



FONTE: FIPLAN



O QUE SÃO DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS?

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesas orçamentárias são aquelas cuja realização depende de autorização legislativa e não podem ser realizadas sem previsão na lei orçamentária ou em lei especial.

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa.

CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES

São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade

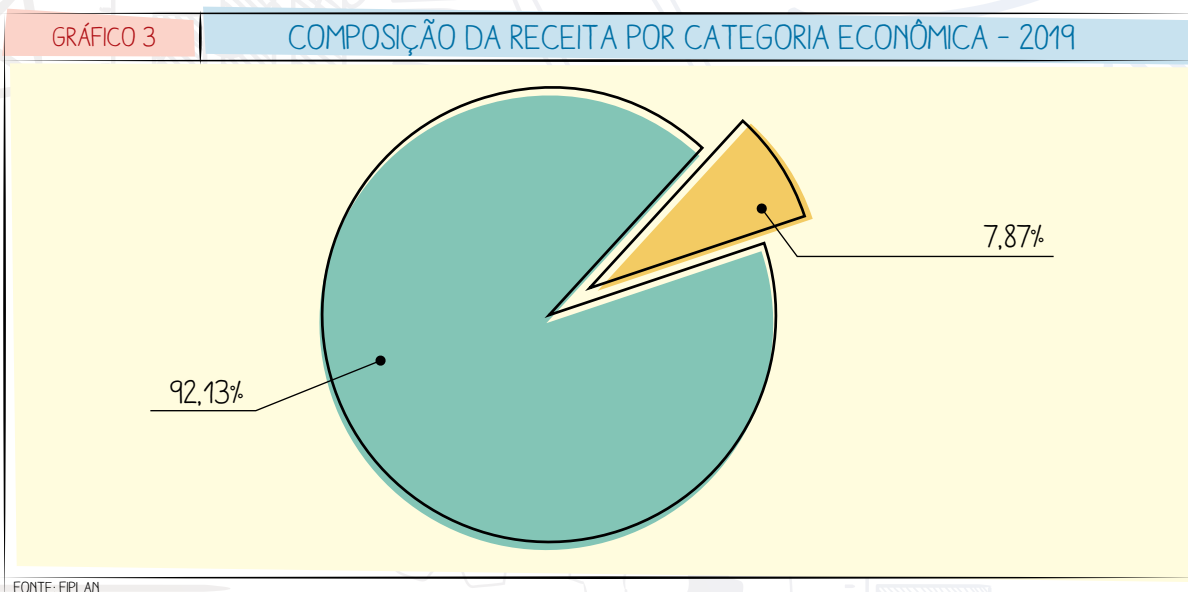


privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum; e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

DESPESAS DE CAPITAL

São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

O gráfico 03 demonstra a participação das despesas correntes e de capital no total da despesa empenhada no exercício de 2019, que foi no valor de R\$ 48.888.514 mil.



GRUPOS DE DESPESAS

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS;

DESPESAS COM JUROS DE DÍVIDAS;

OUTRAS DESPESAS CORRENTES (MANUTENÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES);

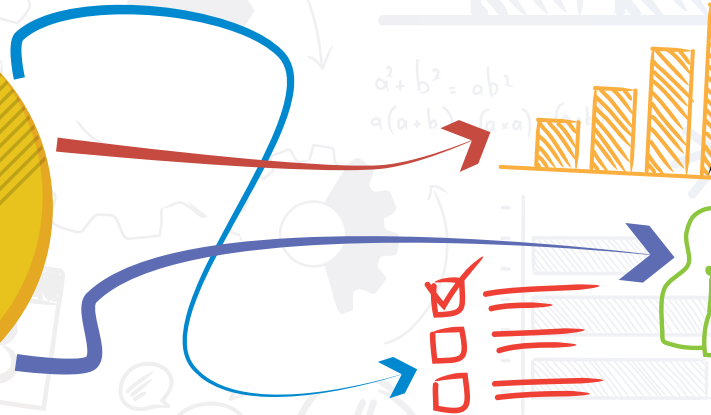
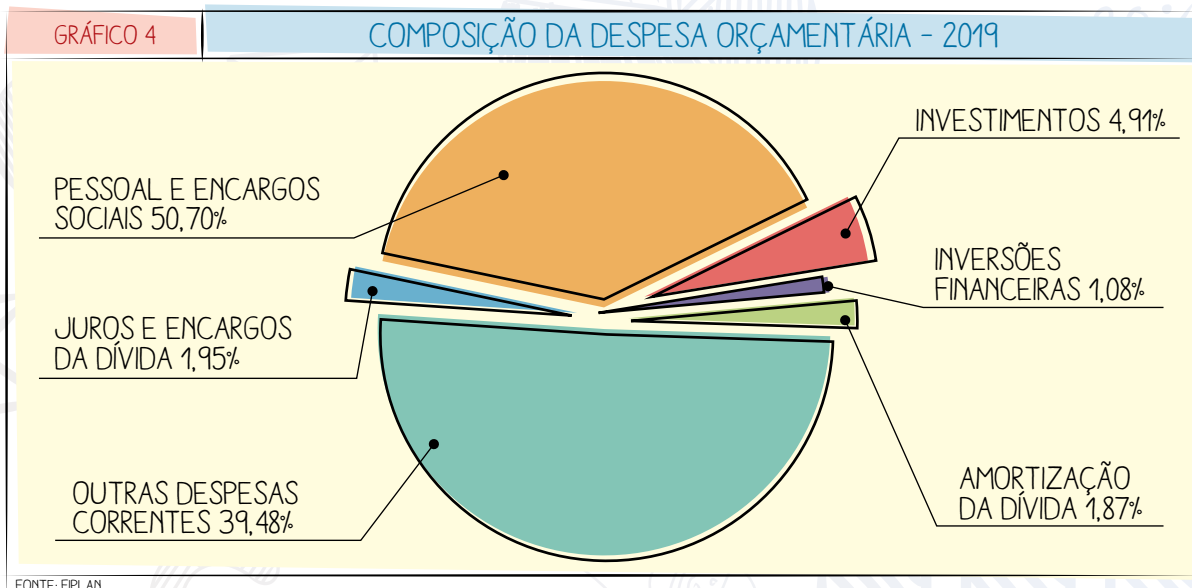
INVESTIMENTOS (COMPRA DE VEÍCULOS, OBRAS, CONSTRUÇÕES DE ESCOLAS, ESTRADAS ETC...);

INVERSÕES FINANCEIRAS (AQUISIÇÃO DE BENS DE TERCEIROS JÁ EM USO);

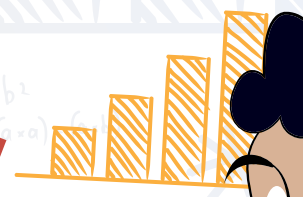
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS).



O gráfico 04 apresenta a participação desses grupos no total da despesa empenhada no exercício de 2019, que foi no valor de R\$ 48.888.514 mil.



$$a^2 + b^2 = ab^2$$
$$a(a+b) = (a+b)$$



- ☑
- ☑
- ☑
- ☑
- ☑
- ☑



COMO SE DÁ A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA?

A classificação funcional da despesa é a estrutura de funções, que indicam as áreas de atuação do governo, como saúde, educação, segurança pública, entre outras.

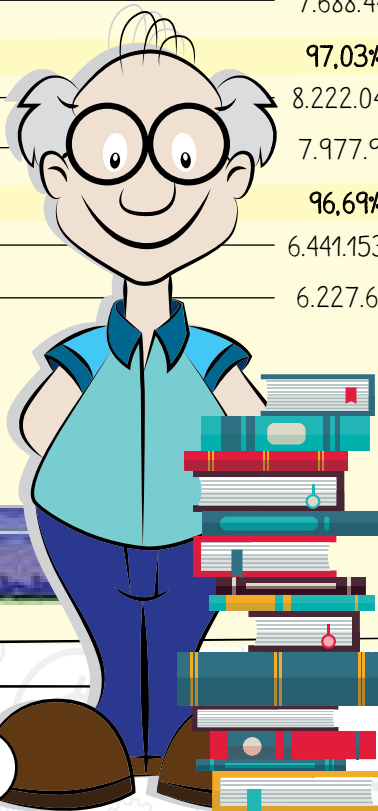
O gráfico 05 apresenta as despesas orçadas e realizadas, considerando as principais áreas de atuação do Governo do Estado da Bahia no exercício de 2019.



GRÁFICO 5

DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2019

	REALIZAÇÃO (%)	AV (%) ⁽¹⁾
POLÍTICA SOCIAL	95,85%	47,87%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	24.417.537.716	
DESPESAS EMPENHADAS	23.405.065.254	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	78,91%	0,60%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	372.069.279	
DESPESAS EMPENHADAS	293.583.307	
SAÚDE	95,68%	15,73%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	8.035.322.919	
DESPESAS EMPENHADAS	7.688.440.260	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	97,03%	16,32%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	8.222.043.072	
DESPESAS EMPENHADAS	7.977.916.618	
EDUCAÇÃO	96,69%	12,74%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	6.441.153.841	
DESPESAS EMPENHADAS	6.227.649.178	



CONTINUA

FONTE: FIPLAN

(1) ANÁLISE VERTICAL PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL

GRÁFICO 5

DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2019

CONTINUAÇÃO

	REALIZAÇÃO (%)	AV (%) ⁽¹⁾
POLÍTICA SOCIAL	95,85%	47,87%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	24.417.537.716	
DESPESAS EMPENHADAS	23.405.065.254	
CULTURA	81,53%	0,35%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	209.925.484	
DESPESAS EMPENHADAS	171.153.201	
DIREITOS DA CIDADANIA	93,02%	1,19%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	627.860.184	
DESPESAS EMPENHADAS	584.019.670	
TRABALHO	86,88%	0,46%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	258.196.219	
DESPESAS EMPENHADAS	224.312.195	
DESPORTO E LAZER	94,83%	0,49%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	250.966.718	
DESPESAS EMPENHADAS	237.990.829	

FONTE: FIPLAN

(1) ANÁLISE VERTICAL PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL



GRÁFICO 5

DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2019

CONTINUAÇÃO

	REALIZAÇÃO (%)	AV (%) ⁽¹⁾
INFRAESTRUTURA	59,69%	4,79%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	3.924.529.403	
DESPESAS EMPENHADAS	2.342.560.339	
URBANISMO	60,33%	2,04%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	1.650.204.767	
DESPESAS EMPENHADAS	995.591.966	
HABITAÇÃO	34,03%	0,10%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	140.564.135	
DESPESAS EMPENHADAS	47.838.458	
SANEAMENTO	40,12%	0,74%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	898.719.918	
DESPESAS EMPENHADAS	360.553.602	
COMUNICAÇÕES	99,28%	0,26%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	126.493.149	
DESPESAS EMPENHADAS	125.585.584	

FONTE: FIPLAN

(1) ANÁLISE VERTICAL PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL

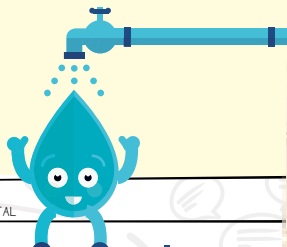


GRÁFICO 5

DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2019

CONTINUAÇÃO

	REALIZAÇÃO (%)	AV (%) ⁽¹⁾
PRODUÇÃO	65,37%	1,70%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	1.270.391.838	
DESPESAS EMPENHADAS	830.464.483	
AGRICULTURA	67,43%	1,05%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	699.922.081	
DESPESAS EMPENHADAS	511.440.123	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	35,11%	0,02%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	16.129.985	
DESPESAS EMPENHADAS	10.497.150	
INDÚSTRIA	65,37%	0,25%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	186.732.958	
DESPESAS EMPENHADAS	123.958.155	
COMÉRCIO E SERVIÇO	47,87%	0,38%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	367.606.814	
DESPESAS EMPENHADAS	184.569.055	

FONTE: FIPLAN

(1) ANÁLISE VERTICAL PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL



GRÁFICO 5

DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2019

CONTINUAÇÃO

	REALIZAÇÃO (%)	AV (%) ⁽¹⁾
TÍPICAS DO ESTADO	98,79%	21,28%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	10.533.120.834	
DESPESAS EMPENHADAS	10.405.530.839	
SEGURANÇA PÚBLICA	90,60%	11,04%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	5.477.191.683	
DESPESAS EMPENHADAS	5.398.405.074	
LEGISLATIVA	98,39%	2,30%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	1.144.271.478	
DESPESAS EMPENHADAS	1.125.859.159	
JUDICIÁRIA	99,17%	5,62%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	2.768.720.015	
DESPESAS EMPENHADAS	2.745.661.930	
ESSENCIAL À JUSTIÇA	99,36%	2,32%
CRÉDITOS AUTORIZADOS	1.142.937.658	
DESPESAS EMPENHADAS	1.135.604.676	









FONTE: FIPLAN

(1) ANÁLISE VERTICAL PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL



GRÁFICO 5

DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2019

	REALIZAÇÃO (%)	AV (%) ⁽¹⁾
ADMINISTRAÇÃO	95,58%	3,12%
CRÉDITOS AUTORIZADOS 	1.597.242.711	
DESPESAS EMPENHADAS 	1.526.626.636	
GESTÃO AMBIENTAL	91,55%	0,34%
CRÉDITOS AUTORIZADOS 	183.676.936	
DESPESAS EMPENHADAS 	168.149.057	
ENCARGOS ESPECIAIS	97,76%	20,88%
CRÉDITOS AUTORIZADOS 	10.444.195.034	
DESPESAS EMPENHADAS 	10.210.117.714	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
CRÉDITOS AUTORIZADOS	-	
DESPESAS EMPENHADAS	-	
TOTAL	93,40%	100%
CRÉDITOS AUTORIZADOS 	52.370.694.472	
DESPESAS EMPENHADAS 	48.888.514.323	

FONTE: FIPLAN

(1) ANÁLISE VERTICAL PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL



CAPÍTULO 8

O QUE É O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO?

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.



TABELA 1	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2019			VALORES EM R\$
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA			
	PREVISTA ATUALIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	REALIZAÇÃO ⁽¹⁾
RECEITAS CORRENTES ⁽³⁾	53.454.610.688	53.252.090.344	-202.520.344	99,62%
(-) CONTA RETIFICADORA DA RECEITA CORRENTE	-5.295.371.200	-5.633.082.550	-337.711.350	106,38%
RECEITAS CORRENTES RETIFICADAS (A) ⁽²⁾	48.159.239.488	47.619.007.794	-540.231.694	98,88%
RECEITA DE CAPITAL (B)	2.465.681.517	1.279.643.525	-1.186.037.992	51,90%
SOMA I (A + B)	50.624.921.005	48.898.651.319	-1.726.269.686	96,59%
	DESPESA			
	FIXADA ATUALIZADA	EMPENHADA	DIFERENÇA	REALIZAÇÃO ⁽¹⁾
DESPESAS CORRENTE (C)	46.367.255.105	45.042.971.323	1.324.283.782	97,14%
DESPESAS DE CAPITAL (D)	6.003.439.367	3.845.543.000	2.157.896.367	64,06%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (E)	-	-	-	
SOMA II (C+D+E)	52.370.694.472	48.888.514.323	3.482.180.149	93,35%
SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO				10.136.996
TOTAL				48.898.651.319

FONTE: FIPLAN / SEFAZ

(1) PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA EM COMPARAÇÃO A SUA PREVISÃO.

(2) ESSA NOMECLATURA DIVERGE DA DENOMINAÇÃO UTILIZADA NO FIPLAN PARA DIFERENCIÁ-LA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) APURADA NA LRF.

(3) AS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES FORAM INCLuíDAS EM RECEITAS E DESPESAS CORRENTES.

CAPÍTULO 9

COMO SE DÁ A ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO?

A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

COMPORTAMENTO DA RECEITA

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita.

Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.

Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2019, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma frustração de receita no montante de R\$ 1.726.270 mil, ou seja, apenas 96,59 % da receita prevista foi realizada.

COMPORTAMENTO DA DESPESA

É analisado se ocorreu economia orçamentária.

Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

ATENÇÃO: O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2019, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 3.482.180 mil.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É analisado se ocorreu superávit ou déficit.

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas.

Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário.

Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 48.898.651 mil, e o total da despesa executada foi de R\$ 48.888.514 mil, ocorreu um superávit orçamentário no valor de R\$ 10.137 mil.

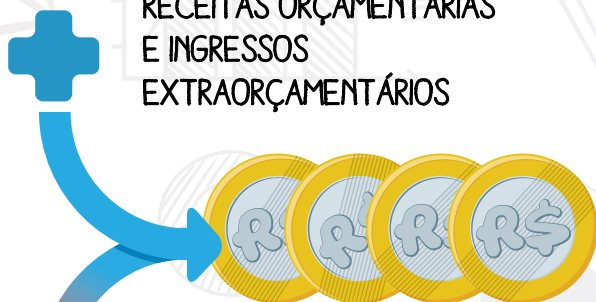
CAPÍTULO 10

GESTÃO FINANCEIRA

O QUE É O BALANÇO FINANCEIRO?

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS
E INGRESSOS
EXTRAORÇAMENTÁRIOS



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
E DISPÊNDIOS
EXTRAORÇAMENTÁRIOS



O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

TABELA 2		BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO - 2019		VALORES EM R\$
DESCRIÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ORDINÁRIAS	20.133.675.106		18.763.301.345	
VINCULADAS	25.615.487.674		26.972.383.374	
TOTAL ORÇAMENTÁRIO	45.749.162.780		45.735.684.718	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	23.310.413.460		23.310.413.460	
EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.810.356.444		1.812.282.271	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.293.784.863			
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			5.305.337.098	
TOTAL BALANÇO FINANCEIRO	76.163.717.547		76.163.717.547	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

As receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras recebidas e concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são direitos a receber e obrigações a pagar a curto prazo.

Os saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e os depósitos restituíveis e valores vinculados de curto prazo.

CAPÍTULO 11

O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA?

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.



As atividades operacionais compreendem as principais atividades geradoras de receita da entidade, como os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública, como pessoal e demais despesas correntes, e juros e encargos da dívida.

O fluxo de caixa líquido dessas atividades fornece informações sobre o financiamento das ações governamentais por meio de tributos e pelo recebimento de receita de bens e serviços explorados pela entidade; sobre a capacidade de amortizar empréstimos; e sobre a capacidade de autofinanciar suas operações sem recorrer a operações de crédito.

TABELA 3	FLUXO OPERACIONAL - 2019	VALORES EM R\$
INGRESSOS		VALORES EM R\$
RECEITA TRIBUTÁRIA		26.229.779.036
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.000.124.870
RECEITA PATRIMONIAL		441.479.269
RECEITA AGROPECUÁRIA		218.250
RECEITA INDUSTRIAL		317.953
RECEITA DE SERVIÇOS		196.817.268
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		211.092.739
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		1.029.482.860
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		13.487.444.084
TOTAL		44.596.756.329
DESEMBOLSOS		VALORES EM R\$
PESSOAL		22.142.786.688
DEMAIS DESPESAS CORRENTES		10.271.456.050
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		833.346.348
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		7.811.976.252
TOTAL		41.059.565.337
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		3.537.190.993

FONTE: FIPLAN

Nas atividades de investimentos estão as alienações de bens, os recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, os desembolsos relativos à aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

São atividades que demonstram, em seu fluxo de caixa líquido, o potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos, porque revela, em termos financeiros, a política de expansão da infraestrutura do governo.

TABELA 4		FLUXO DE INVESTIMENTOS - 2019	VALORES EM R\$
INGRESSOS			VALORES EM R\$
	ALIENAÇÃO DE BENS		15.139.568
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		134.616.783
	TOTAL		149.756.350
DESEMBOLSOS			VALORES EM R\$
	AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.527.410.883
	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		116.159.502
	OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		516.371.053
	TOTAL		2.159.941.438
	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS RECEITAS E DESPESAS DE INVESTIMENTOS		-2.010.185.088

FONTE: FIPLAN

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SIMPLIFICADA 2019

As atividades de financiamentos estão relacionadas às operações de crédito e aos desembolsos com a amortização/refinanciamento da dívida. O seu fluxo líquido provê as informações sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de capital à entidade.

TABELA 5	FLUXO DE FINANCIAMENTOS - 2019	VALORES EM R\$
INGRESSOS		VALORES EM R\$
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		742.904.648
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS		259.745.453
TOTAL		1.002.650.100
DESEMBOLSOS		VALORES EM R\$
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		914.316.756
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS		543.749.391
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		4.970.977
TOTAL		1.463.037.124
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS RECEITAS E DESPESAS DE FINANCIAMENTOS		-460.387.024

FONTE: FIPLAN



CAPÍTULO 12

GESTÃO PATRIMONIAL

O QUE É O BALANÇO PATRIMONIAL?

É o demonstrativo contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos), menos o total do **passivo** (obrigações), resulta no **patrimônio líquido (saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial)**, que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

ATIVO

BENS + DIREITOS



PASSIVO

OBRIGAÇÕES



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BENS + DIREITOS - OBRIGAÇÕES = PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COMO É DIVIDIDO O BALANÇO PATRIMONIAL?

O **Balanço Patrimonial** deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ao se observar o Balanço Patrimonial, verifica-se uma estrutura com um quadro principal formado pelo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além do quadro principal, o Balanço Patrimonial é composto de dois quadros auxiliares que apresentam os valores dos ativos e passivos segregados em financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.



BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO

O Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia de 2019 está demonstrado de acordo com a Tabela 6:

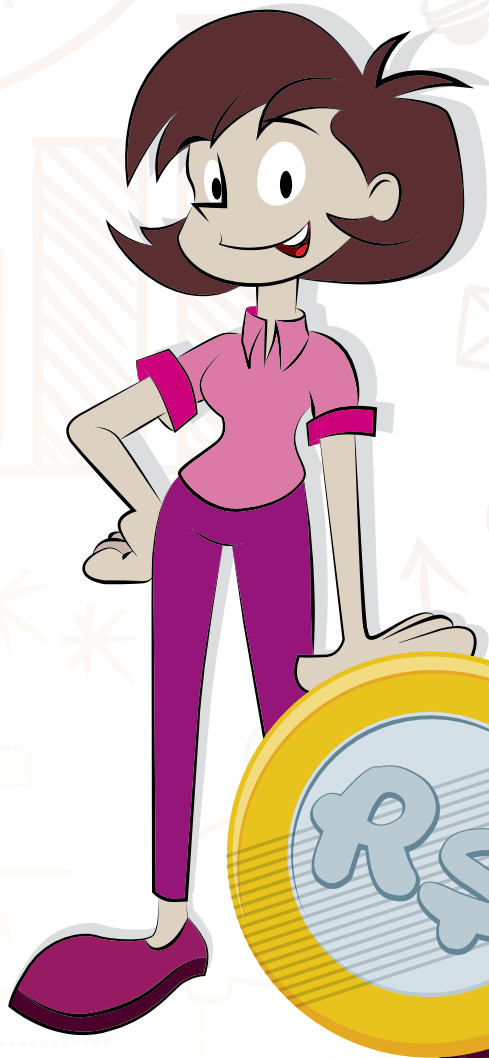
TABELA 6		BALANÇO PATRIMONIAL - VERSÃO SIMPLIFICADA				VALORES EM R\$
ATIVO	2019	AV⁽¹⁾	PASSIVO	2019	AV⁽²⁾	
ATIVO CIRCULANTE	7.755.014.667	16,99%	PASSIVO CIRCULANTE	8.960.110.776	2,38%	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	37.893.348.854	83,01%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	367.465.868.613	97,62%	
			TOTAL DO PASSIVO	376.425.979.389	100,00%	
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(330.777.615.868)	100,00%	
TOTAL	45.648.363.521	100,00%	TOTAL	45.648.363.521	100,00%	
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES						
ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2019		PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2019		
ATIVO FINANCEIRO	5.343.927.864		PASSIVO FINANCEIRO	2.539.678.818		
ATIVO PERMANENTE	40.304.435.658		PASSIVO PERMANENTE	373.886.300.572		
			SALDO PATRIMONIAL	(330.777.615.868)		
TOTAL	45.648.363.521		TOTAL	45.648.363.521		
CONTAS DE COMPENSAÇÃO						
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2019		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2019		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	177.325.094		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	79.994.971.805		
TOTAL	177.325.094		TOTAL	79.994.971.805		

FONTE: FIPLAN
 (1) ANÁLISE VERTICAL. PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL DO ATIVO
 (2) ANÁLISE VERTICAL. PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO TOTAL DO PASSIVO

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total no valor de R\$ 45,65 bilhões, que deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 376,43 bilhões, resultou o patrimônio líquido de R\$ (330,78) bilhões. Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido negativo demonstra que as obrigações superaram os bens e direitos da Administração Pública, sendo igual ao Saldo Patrimonial do quadro dos Ativos e Passivos segregados em Financeiros e Permanentes.

O valor negativo do Patrimônio Líquido ocorreu devido a influência das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, com valor de R\$ 340,85 bilhões, que representa 99,5% em relação ao total provisões a longo prazo existentes no Estado da Bahia, cujo valor foi de R\$ 342,56 bilhões.



ATIVO E PASSIVO

Ativo é um recurso controlado pela Entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a Entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, dentre outros.

Passivo é uma obrigação presente da Entidade, derivada de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a Entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, dentre outros.



CLASSIFICAÇÃO EM CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os **ativos** devem ser classificados como **circulantes** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

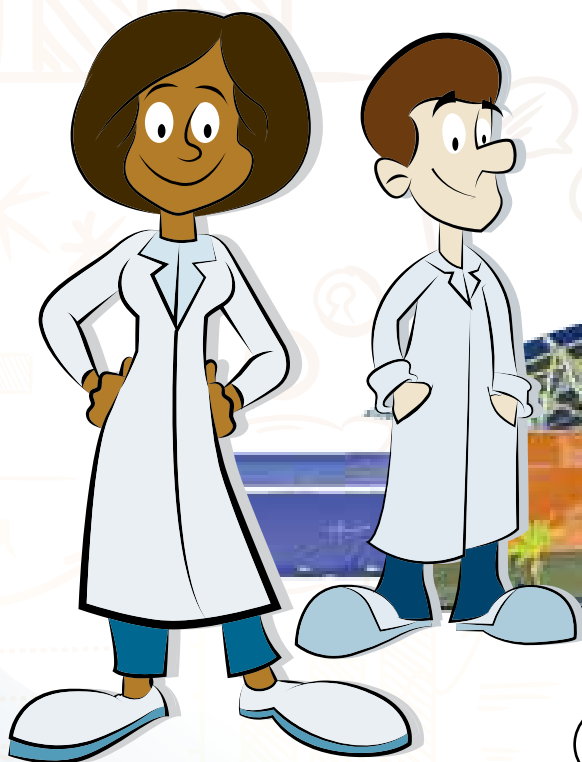
- ◆ estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- ◆ tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais **ativos** devem ser classificados como **não circulantes**.

Os **passivos** devem ser classificados como **circulantes** quando corresponderem:

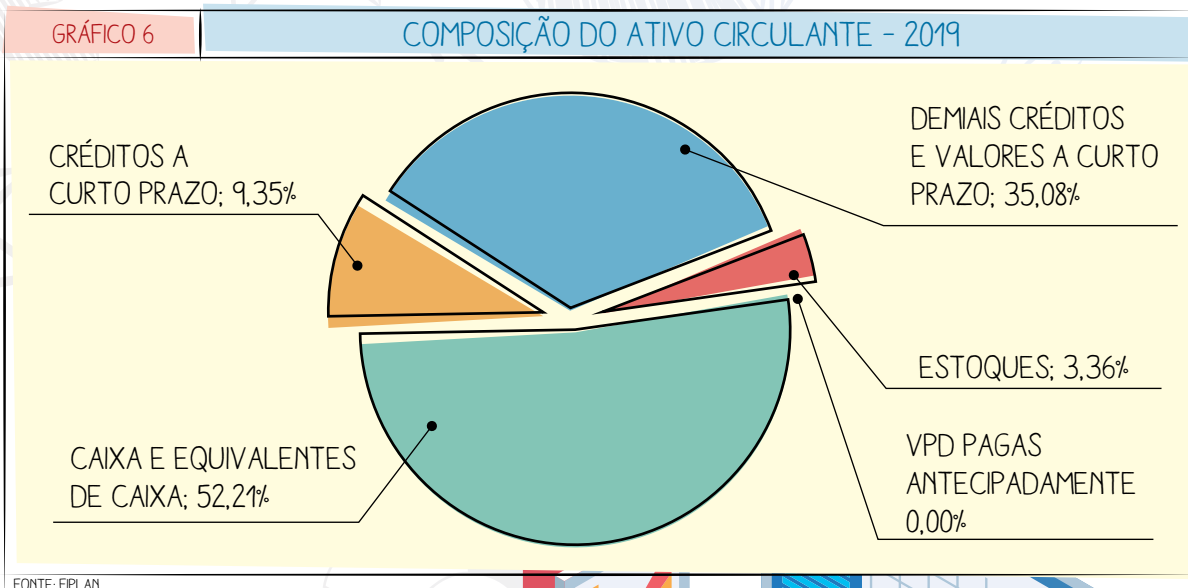
- ◆ a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais **passivos** devem ser classificados como não circulantes.

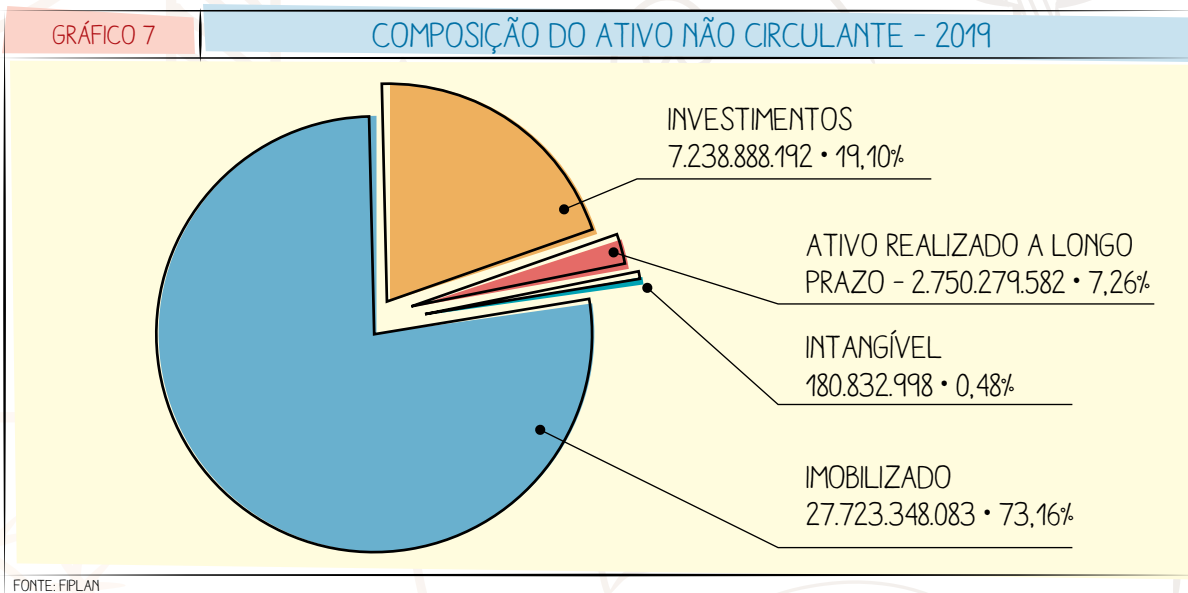


No ano de 2019, os gráficos do ativo e passivo, tanto no circulante como no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No **ativo circulante**, a conta caixa e equivalentes de caixa representa 52,21% do total do ativo circulante, a maior parcela relativa ao disponível para realização imediata, mas que vem sendo comprometida com as obrigações a pagar. (Ver Gráfico 6)



De acordo com o Gráfico 7, cerca de 73,16% do **ativo não circulante** corresponde ao ativo imobilizado, sendo sua maior participação em Bens Imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício. Os investimentos representam 19,10%, o ativo realizável a longo prazo 7,26% e o intangível 0,48% do ativo não circulante.





No **passivo circulante**, a conta demais obrigações a curto prazo representa 62,35% do total do passivo circulante, a maior parcela dos compromissos de curto prazo, que englobam as consignações, os depósitos e os convênios recebidos. (Ver Gráfico 8)

GRÁFICO 8

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE - 2019

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS,
PREVIDENCIÁRIAS E
ASSISTÊNCIAS A PAGAR
A CURTO PRAZO; 7,65%

DEMAIS OBRIGAÇÕES
A CURTO PRAZO; 62,35%

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
A CURTO PRAZO; 16,16%

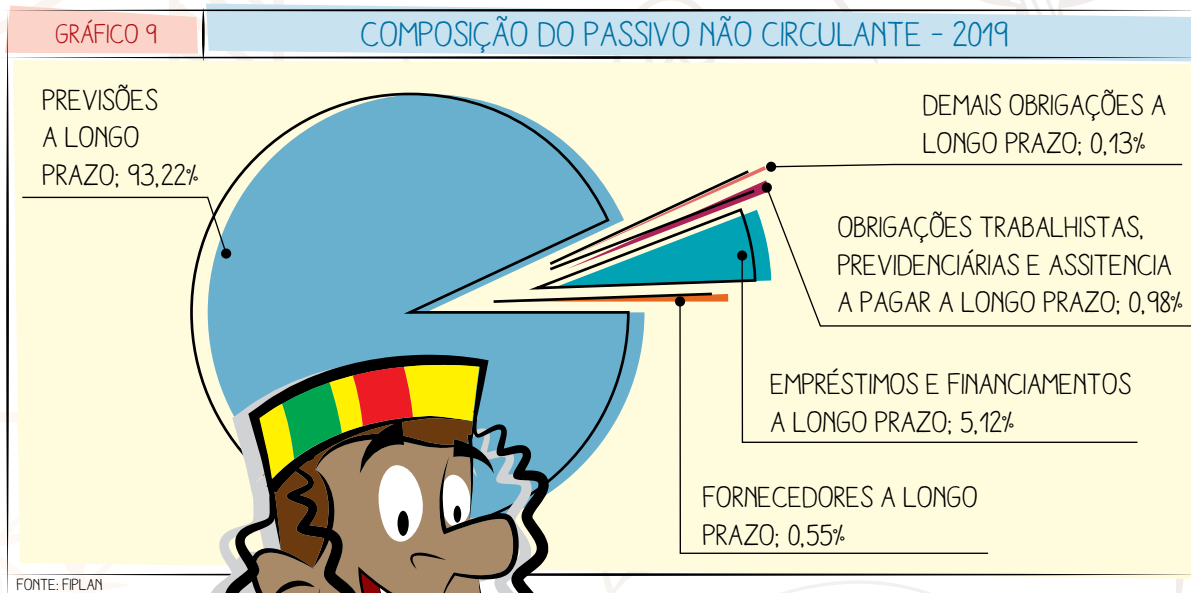
FORNECEDORES E CONTAS
A PAGAR A CURTO
PRAZO; 13,67%

OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO
A OUTROS ENTES; 0,16%

OBRIGAÇÕES FISCAIS A
CURTO PRAZO; 0,01%

FONTE: FIPLAN

Cerca de 93,22% do **passivo não circulante** corresponde às provisões a longo prazo, que, em quase sua totalidade, é representada pelas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Depois das provisões a longo prazo, o grupo de maior valor é o dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, que representa 5,12% do passivo não circulante, de acordo com o Gráfico 9.



CAPÍTULO 14

O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS?

É a Demonstração contábil que evidencia as alterações verificadas no Patrimônio (Ativo e Passivo), indicando o Resultado Patrimonial do Exercício pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD ocorridas no período. O valor apurado passa a compor o Patrimônio Líquido (saldo patrimonial) do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP tem função semelhante à DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no Setor Público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixa.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis, e outros), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

A diferença entre esses montantes é chamada de patrimônio líquido, que demonstra se o Órgão, Fundo ou Entidade possui mais (ou menos) bens e direitos do que obrigações indicando uma situação de superávit (ou déficit) patrimonial, a depender do resultado das variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas).



COMO É DIVIDIDA A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS?

A Demonstração das Variações Patrimoniais se divide em: Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que aumentam o patrimônio líquido do Órgão ou Entidade pelo aumento de valores ativos ou pela redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do Órgão ou Entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

Através da estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais, o Setor Público demonstra o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS RESUMIDA

As Variações Patrimoniais Resumida do Estado da Bahia de 2019 estão demonstradas de acordo com a Tabela 7:

TABELA 7		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - VERSÃO SIMPLIFICADA		VALORES EM R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2019	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2019	
TOTAL DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	70.740.827.281	TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	141.967.446.324	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)				(71.226.619.043)

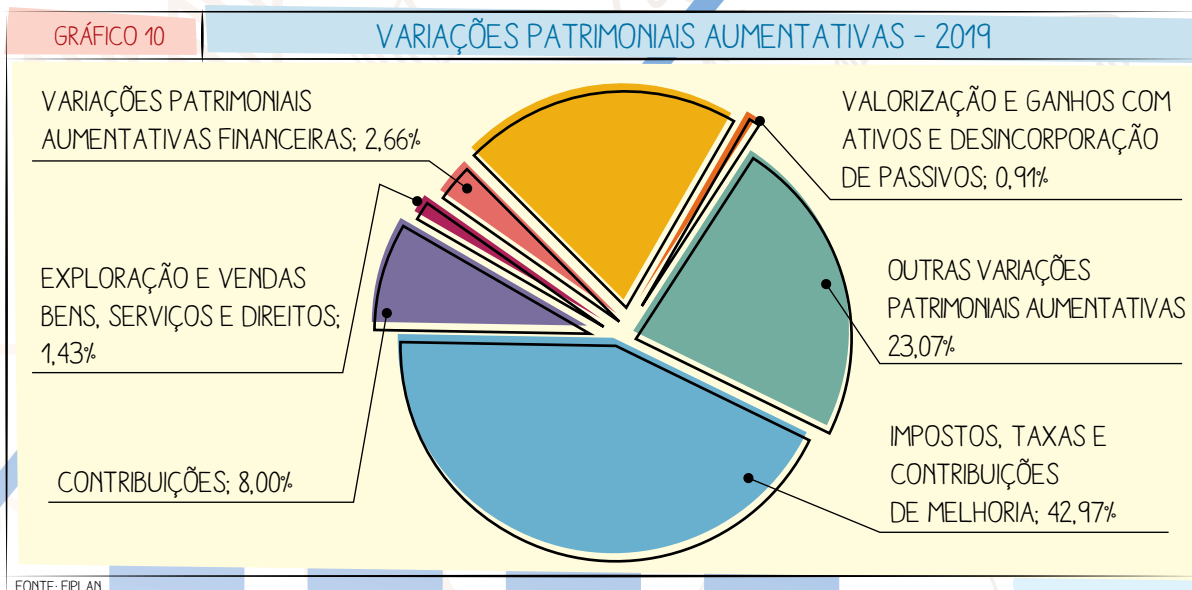
FORNTE: FPLAN

O valor total das VPA alcançou R\$ 70,74 bilhões e das VPD foi de R\$ 141,97 bilhões, apresentando um resultado patrimonial no período de R\$ (71,23) bilhões.

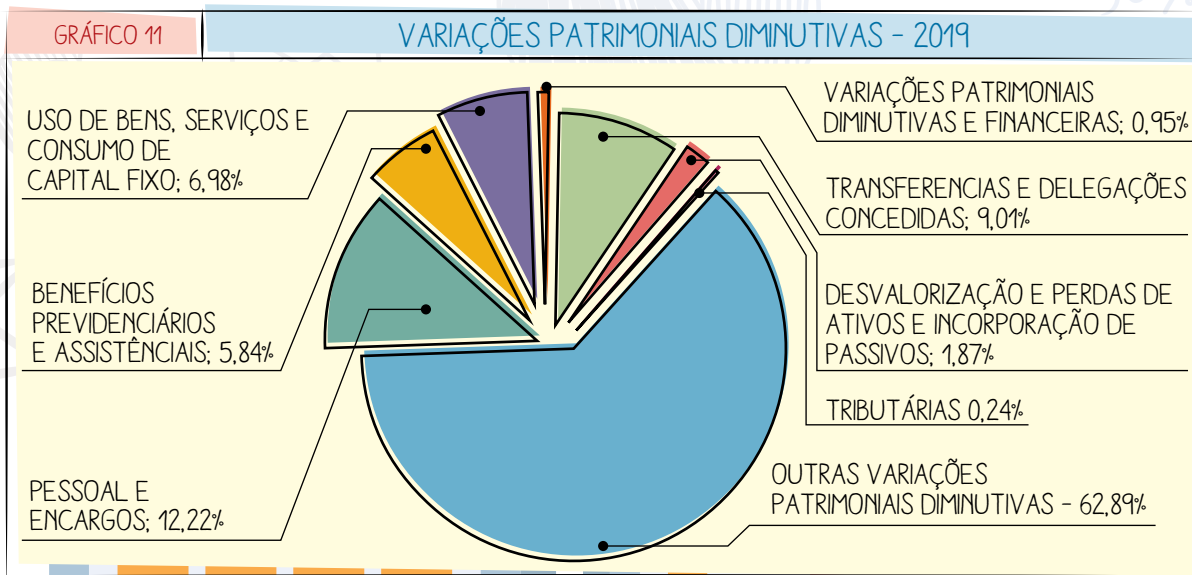


Os gráficos 10 (VPA) e 11 (VPD) a seguir demonstram os itens das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em termos percentuais.

Os itens mais representativos das variações patrimoniais aumentativas foram “Impostos, taxas e contribuições de melhoria” e “Outras variações patrimoniais aumentativas” que representam, respectivamente, 42,97% e 23,07% do total das variações patrimoniais aumentativas.



Os itens das variações patrimoniais diminutivas (VPD) mais representativos foram: “Transferências e delegações concedidas” que representa 65,73% do total destas variações; e “Outras variações patrimoniais diminutivas” com 20,77%. (Ver Gráfico 11)



DE QUE FORMA O RESULTADO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AFETA O BALANÇO PATRIMONIAL?

As Variações Patrimoniais, como contas de resultado, mantêm vinculação com as contas patrimoniais, de forma a permitir a identificação das alterações nas contas patrimoniais que produziram movimentações nas contas de resultado.

Por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), obtêm-se o resultado patrimonial do Exercício

Este resultado irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial, positivamente se for superávit, ou negativamente, se for déficit.

Ele é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais, e também, no Balanço Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido, item Lucros e Prejuízos do Exercício.

Desta forma, comparando a Demonstração das Variações Patrimoniais com o Balanço Patrimonial, verifica-se o seguinte:

DVP X BP

DVP (RESUMIDA)	BALANÇO PATRIMONIAL (RESUMIDO)	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	ATIVO	PASSIVO
IMPOSTOS, TAXAS E CONT. MELHORIA	ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
CONTRIBUIÇÕES	ATIVO NÃO CIRCULANTE CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE CIRCULANTE
EXPLORAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO
VPA FINANCEIRAS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL
VALORIZAÇÃO E GANHO COM ATIVOS		RESERVAS DE LUCROS
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		RESULTADOS ACUMULADOS
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)		LUCROS E PREJUÍZOS DO EX.
PESSOAL E ENCARGOS		LUCROS E PREJUÍZOS EX. ANT.
BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIAS E ASSISTENCIAIS		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	TOTAL	TOTAL
VPD FINANCEIRAS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		→ SALDO PATRIMONIAL
TRIBUTÁRIAS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (SUPERÁVIT OU DÉFICIT)		
TOTAL		
	COMPENSAÇÕES	
	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
	TOTAL	TOTAL

Em 2019, o Resultado Patrimonial do período obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi de R\$ (71,23) bilhões, aparecendo, também, no Balanço Patrimonial (BP) no item “Lucro ou Prejuízos do Exercício” no grupo do Patrimônio Líquido”.



CAPÍTULO 17

O QUE É A PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA?

Entende-se como provisão matemática previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência) para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes.

Também conhecida como passivo atuarial do Estado, a provisão matemática previdenciária representa o valor presente, calculado atuarialmente, em determinada data, do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Essa provisão é utilizada quando não há equilíbrio financeiro, ou seja, o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo sistema previdenciário do regime próprio da previdência social, o RPPS - Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

Desta forma, a provisão atuarial é registrada no Balanço Patrimonial, no passivo não circulante, provisões a longo prazo.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos um quadro resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2019.

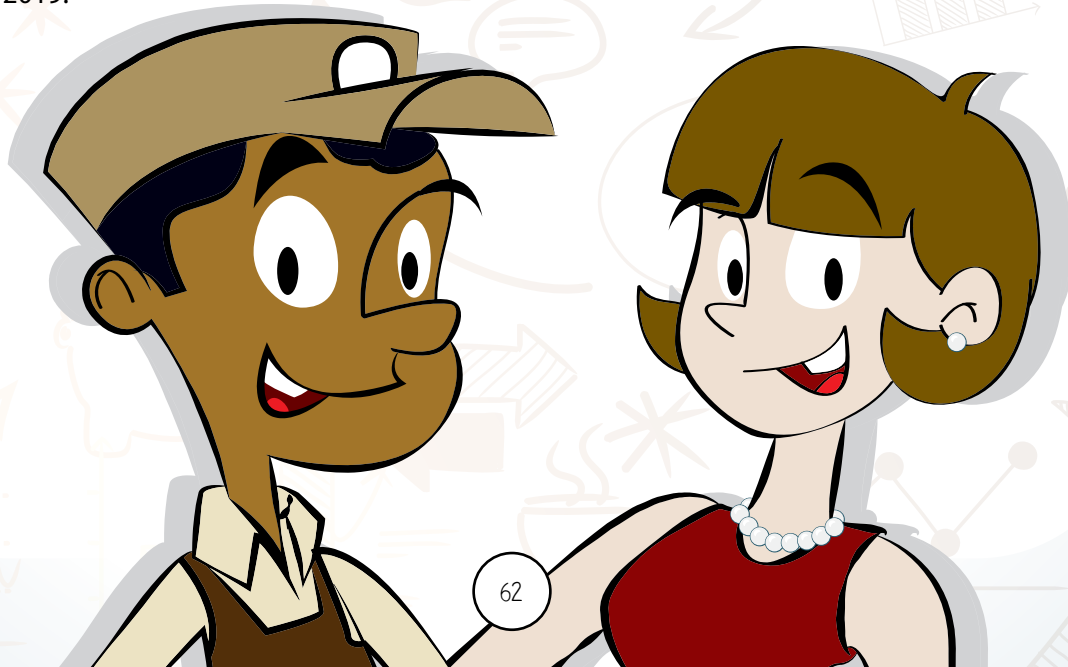


TABELA 8

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PREVISÃO ATUALIZADA
R\$ 34.672.393 MILVALOR REALIZADO
R\$ 34.525.804 MIL

FONTE: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

LIMITE DE PESSOAL	LIMITE REALIZADO(%)	LIMITE ALERTA(%)	LIMITE PRUDENCIAL(%)	LIMITE MÁXIMO
DESPESA DE PESSOAL	53,20	54,00	57,00	60,00
EXECUTIVO	43,85	43,74	46,17	48,60
LEGISLATIVO	2,93	3,06	3,22	3,40
ASSEMBLEIA	1,78	1,68	1,78	1,87
TCE	0,69	0,81	0,86	0,90
TCM	0,46	0,57	0,60	0,63
JUDICIÁRIO	4,95	5,40	5,70	6,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	1,48	1,80	1,90	2,00
LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL	LIMITE REALIZADO(%)	LIMITE ALERTA(%)	LIMITE PRUDENCIAL(%)	LIMITE MÁXIMO
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - R\$ 21.526.712 MIL	62,35%	180,00%	-	200,00%
LIMITE DA DC L = 2 VEZES A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				

FONTE: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

CONTINUA

TABELA 8

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

CONTINUAÇÃO

LIMITES CONSTITUCIONAIS

DESCRIÇÃO	LIMITE REALIZADO (%)	LIMITE MÍNIMO ANUAL (%)
EDUCAÇÃO	26,12%	25,00%
SAÚDE	13,38%	12,00%

FONTE: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

METAS

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	LIMITE REALIZADO (%)	LIMITE MÍNIMO ANUAL (%)
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA	1.009.064	-685.801
RESULTADO NOMINAL ACIMA DA LINHA	326.985	-1.476.710

FONTE: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

CAPÍTULO 19

O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?

Os Estados, os Municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para estes fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda, a propriedade e o consumo de empresas e famílias. Entretanto, em relação aos gastos governamentais com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e do nível de bem-estar, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

TABELA 9		DÍVIDA PÚBLICA EM 31.12.2019	
DISCRIMINAÇÃO		VALORES (R\$ 1)	
DÍVIDA INTERNA		15.779.034.400	
DÍVIDA EXTERNA		10.056.333.980	
TOTAL		25.835.368.379	

FONTE: SDP/SEFAZ

TABELA 10

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS NO ANO DE 2019

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALORES (R\$ 1)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	79.791.380
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	59.422.387
BANCO DO BRASIL	-
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO	266.341.868
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO	321.332.143
FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	16.016.869
TOTAL	742.904.648

TABELA 11

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA RELATIVOS AO ANO DE 2019

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$ 1)
AMORTIZAÇÃO	914.316.756
JUROS E DEMAIS ENCARGOS	954.651.878
TOTAL	1.868.968.634

FONTE: FIPLAN/SEFAZ

CAPÍTULO 20

GESTÃO ECONÔMICA

O QUE É BALANÇO ECONÔMICO?

É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos, com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de superávit ou déficit. O Balanço Econômico contempla as administrações direta e indireta.

TABELA 12

BALANÇO ECONÔMICO 2019

RECURSOS OBTIDOS		AV ⁽¹⁾	RECURSOS APLICADOS		AV ⁽¹⁾
DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS	29.987.009.948	65,55%	GASTOS COM MANUTENÇÃO	33.023.638.444	72,21%
(-)CONTA REDUTORA	-3.757.230.912	-8,21%	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EXCETO PREVIDÊNCIA	14.383.016.785	31,45%
DA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESTATAL	657.220.559	1,44%	PREVIDÊNCIA	8.010.516.311	17,51%
(-)CONTA REDUTORA	-4.663.920	-0,01%	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.223.554.437	13,61%
DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	15.735.386.824	34,39%	MATERIAL DE CONSUMO	347.264.718	0,76%
(-)CONTA REDUTORA	-1.988.197.286	-4,35%	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	873.085.804	1,91%
DE ALIENAÇÕES DE BENS DO ENDIVIDAMENTO ESTATAL	15.139.568	0,03%	DEMAIS GASTOS	3.186.200.389	6,97%
DEMAIS RECEITAS	4.372.066.789	9,56%	SERVIÇOS DA DÍVIDA	1.868.968.634	4,09%
(-)CONTA REDUTORA	-10.473.436	-0,02%	JUROS E ENCARGOS	954.651.878	2,09%
			AMORTIZAÇÃO	914.316.756	2,00%
			INVESTIMENTOS	2.402.254.643	5,25%
			INVERSÕES FINANCEIRAS	528.971.602	1,16%
			TRANSF. CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	6.727.904.119	14,71%
			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.183.947.277	2,59%
SUBTOTAL	45.749.162.780	100,00%	SUBTOTAL	45.735.684.718	100,00%
TOTAL	45.749.162.780		SUPERÁVIT/DÉFICIT	13.478.062	
			TOTAL	45.749.162.780	

FONTE: FIPLAN/SEFAZ

(1) ANÁLISE VERTICAL: PARTICIPAÇÃO DO ITEM NO SUBTOTAL

(2) EXCLUÍDAS AS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS NESTE DEMONSTRATIVO

O Estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 45,75 bilhões – excluídas as Receitas Intraorçamentárias. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 29,99 bilhões, ou 65,55% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 15,74 bilhões, correspondente a 34,39% dos recursos obtidos.

Considerando os recursos aplicados em 2019, o valor total é de R\$ 45,74 bilhões – excluídas as Despesas Intraorçamentárias, e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 33,02 bilhões, ou 72,21% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 31,45%, e a despesa com previdência, que representou 17,51%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um superávit orçamentário de R\$ 13,48 milhões.

Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:

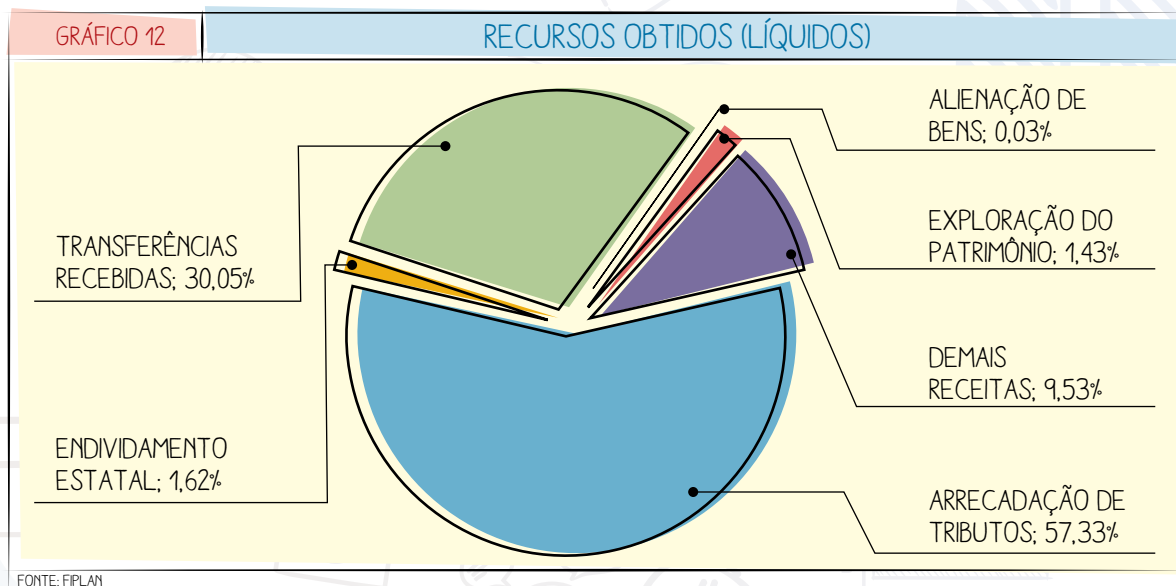
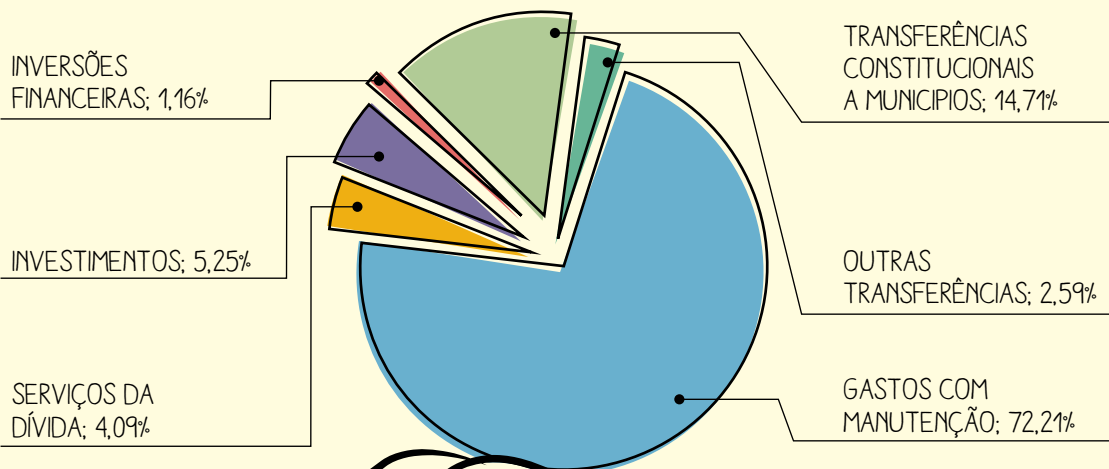


GRÁFICO 13

RECURSOS APLICADOS



FONTE: FIPLAN



CAPÍTULO 21

AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS,
AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) E OS
CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Uma das formas dos entes públicos atenderem às demandas da sociedade é através das Concessões de Serviços Públicos. O Estado da Bahia vem realizando diversas concessões, e viabilizado diversos investimentos, gerando benefícios à sociedade. Mas, como isso acontece? Vamos ver:

Cabe inicialmente destacar que um dos tipos de concessão muito relevante é a denominada Parceria Público-Privada, as PPP, que é uma espécie de Concessão de Serviços Públicos, conforme o Capítulo 2 da Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP: é a delegação contratual da execução do serviço público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. Ainda conforme o citado MCASP, as concessões de serviços públicos dividem-se em duas categorias: concessões comuns e as concessões especiais.



As concessões comuns são aquelas reguladas pela Lei nº 8.987/95 e, no caso da Bahia, é possível citar os contratos de concessão da operação da travessia Salvador-Itaparica pelo Sistema Ferry Boat (Concessionária: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S/A) e as concessões dos Sistemas Rodoviários BA 093 (Concessionária: BAHIA NORTE S/A) e BA 099 - Estrada do Coco/Linha Verde (Concessionária: CLN – Concessionária Litoral Norte).

Já as concessões especiais são reguladas pela Lei nº 11.079/2004 e são as chamadas Parceiras Público-Privadas - PPP. Esse tipo de concessão subdivide-se em: concessões patrocinadas e administrativas.

A diferença básica entre as concessões patrocinadas e as concessões administrativas é que, no caso das patrocinadas, o seu objeto é a concessão de serviços públicos ou obras de interesse público de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

No caso das concessões administrativas seu objeto é a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Nesse caso, a remuneração do parceiro privado é sempre por contraprestação paga pelo Poder Público, não havendo cobrança de tarifas dos usuários.



Observe-se que, diferentemente das concessões comuns, no caso das PPP a premissa básica é que há sempre uma contraprestação pecuniária por parte do Poder Público, independentemente de haver cobrança de tarifas dos usuários.

As PPP existentes em 2019 no Estado da Bahia são as seguintes:

- a. Arena Fonte Nova - Concessão para a reconstrução e operação do Estádio Otávio Mangabeira, seguindo os padrões da FIFA ("Arena") para a Copa do Mundo de 2014 e a potencial exploração de seu Entorno, por meio de concessão administrativa.
- b. Hospital do Subúrbio - Concessão para a gestão e operação da Unidade Hospitalar incluindo os serviços médicos, com o cumprimento dos Indicadores Quantitativos e dos Indicadores de Desempenho. Tendo como principal foco a ampliação dos Hospitais do Governo, em alta complexidade (urgência e emergência).
- c. Instituto Couto Maia - Prestação de serviços não assistenciais precedida da construção da unidade hospitalar Instituto Couto Maia.
- d. Metrô de Salvador e Lauro de Freitas - Construção e Operação do Sistema Metroviário de Salvador (capital do Estado) e Lauro de Freitas.



- e. Diagnóstico por Imagem - Concessão administrativa para gestão e operação de Serviços de Apoio ao Diagnóstico por Imagem em uma Central de Imagem e em 12 (doze) Unidades Hospitalares.
- f. Emissário Submarino - Construção e Operação do Sistema de Disposição Oceânica Jaguaribe.
- g. BA 052 - Estrada do Feijão - Concessão patrocinada para obras e serviços necessários à operação, manutenção e revitalização do Sistema Viário BA-052 e a construção de uma nova ponte de cerca de 1km ligando o município de Barra ao de Xique-Xique.
- h. Veículo Leves sobre Trilhos – VLT - O VLT, que vai substituir o atual Trem do Subúrbio, terá 18,5 quilômetros de extensão e 21 estações. O valor estimado é em torno de R\$ 1,5 bilhão. A previsão é de início das obras em até 90 dias após a assinatura do contrato, com prazo para conclusão de 24 meses.

Nos casos acima, pode-se dividir as PPP da seguinte forma:

Concessões Patrocinadas: Metrô de Salvador e Lauro de Freitas, BA 052 -Estrada do Feijão e Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT.

Concessões Administrativas: Arena Fonte Nova, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia, Diagnóstico por Imagem e Emissário Submarino.

O QUE SÃO OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS?

Os Consórcios Públicos “são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, bem como para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, conforme artigo 241 da Constituição Federal/1988, regulamentado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007”. (MCASP, 8º Edição. Parte III, Cap. 7).

Imaginemos da seguinte forma. Digamos que em sua rua existam 100 casas e os moradores decidiram construir uma horta comunitária para servir a todos utilizando um terreno disponível na região. No primeiro momento será preciso investir na criação da horta, materiais, sementes, mudas etc. e, em seguida, haverá um custo de manutenção.

Como todos utilizarão a horta, ficou estabelecido que os gastos de criação da horta (investimento) e sua manutenção (custo e despesas) seriam rateados.

Para facilitar, os gastos foram divididos em cotas de acordo com a quantidade total de moradores (população) e cada casa arcaria com a quantidade de “cotas” nela residentes. Ou seja, uma casa com cinco moradores pagaria cinco cotas; a casa com três moradores, três cotas; e por aí vai.

No caso dos consórcios interfederativos funciona do mesmo jeito. O fator população e/ou outro estabelecido no contrato de rateio, de cada município ou Estado é que determina as cotas de cada ente e com, isso, ele contribuirá no consórcio de forma proporcional.



Um detalhe no caso dos consórcios de saúde que envolve o Estado da Bahia, por ser esse o ente com um poder econômico-financeiro maior, ficou responsável pela construção e equipagem dos equipamentos e com 40% das cotas. Os outros 60% é que foram rateados entre os municípios participantes. Conforme o item 7.2 da parte III do MCASP (8ª Edição), o contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais (LOA).

Para tal, cada ente consorciado deve incluir em seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) ações e dotações orçamentárias inerentes à prestação dos serviços públicos objeto do consórcio.

O Estado da Bahia, especificamente na área de saúde, está consorciado a diversos municípios baianos com o objetivo de prestação de serviço de saúde por meio de Policlínicas e Hospitais Regionais conforme quadro seguinte onde apresenta-se a avaliação do valor de cada consórcio para o Estado por meio da sistemática da Avaliação Proporcional Patrimonial (Conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP):

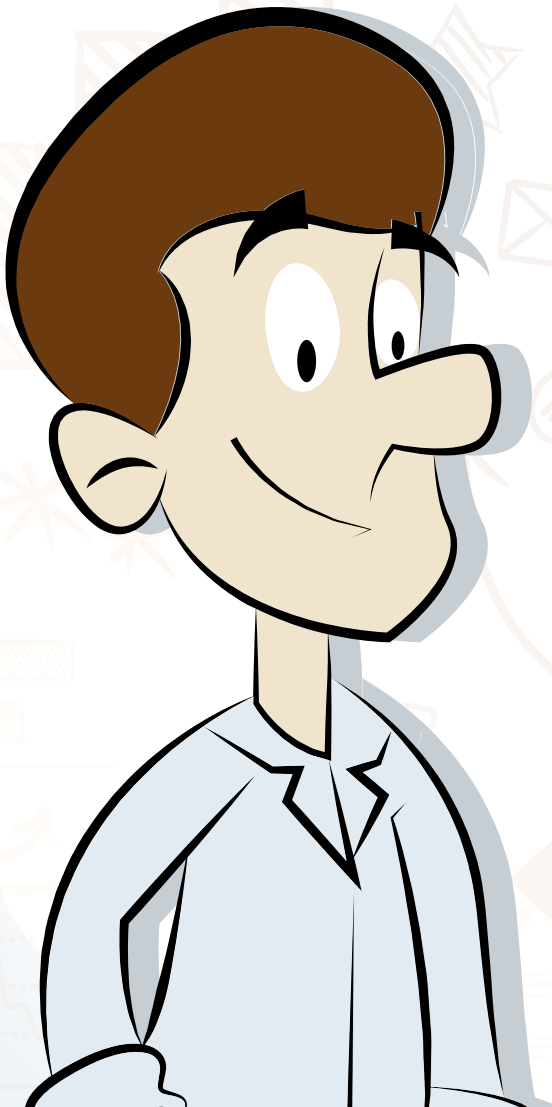


TABELA 13

PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS - AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL

CONSÓRCIOS PÚBLICO	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO (%) (A)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) ¹ (B)	VALOR DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL (R\$) (C) = (B)*(A)%	VALOR CONTÁBIL DA PARTICIPAÇÃO (D)	RESULTADO POSITIVO / (NEGATIVO) DA APROPRIAÇÃO (E) = (C) - (D)	PROVISÃO PARA PERDAS NA PARTICIPAÇÃO ²
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO - CLINAB (ALAGOINHAS)	40	3.356.111	1.342.444	9.062.681	-7.720.237	-
REGIÃO DE BRUMADO ³	40	-	174.384	174.384	-	-
PORTAL DO SERTÃO (FEIRA DE SANTANA)	40	4.724.624	1.889.850	10.701.090	-8.811.240	-
ALTO SERTÃO (GUANAMBI)	40	6.821.376	2.728.550	10.315.180	-7.586.630	-
REGIÃO DE RECÊ	40	10.948.944	4.379.578	9.875.321	-5.495.744	-
REGIÃO DE ITABUNA E ILHÉUS	40	2.979.773	1.191.909	1.858.440	-666.531	-
REGIÃO DA CHAPADA (JACOBINA)	40	950.576	380.230	975.621	-595.390	-
REGIÃO DE JEQUIÉ	40	4.741.421	1.896.569	9.829.886	-7.933.317	-
REGIÃO DE JUAZEIRO	40	-353.733	-141.493	2.885.870	-2.885.870	-141.493,36
REGIÃO DE PAULO AFONSO	40	10.621.846	4.248.738	2.223.328	2.025.411	-
NORDESTE II (RIBEIRA DO POMBAL)	40	950.831	380.333	49.842.259	-49.461.926	-
REGIÃO DO METRO RECÔNCAVO NORTE - MRN	40	1.216.482	486.593	1.419.317	-932.724	-
RECONVALE (SANTO ANTÔNIO DE JESUS)	40	7.609.889	3.043.956	10.354.281	-7.310.325	-
REGIÃO DE SENHOR DO BONFIM	40	156.386	62.554	495.910	-433.355	-
EXTREMO SUL DA BAHIA (TEIXEIRA DE FREITAS)	40	2.659.737	1.063.895	11.115.655	-10.051.760	-
REGIÃO DO BAIXO SUL (VALENÇA)	40	2.846.542	1.138.617	6.980.448	-5.841.831	-
REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/ITAPETINGA	40	41.549	16.620	2.807.240	-2.790.621	-
TOTAL		60.272.354	24.283.326	140.916.910	-116.492.091	-141.493

FONTE: FIPLAN E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS

1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS CONSÓRCIOS COM BASE NO BALANÇO DE 31/10/2019.

2 O CONSÓRCIO DA REGIÃO DE JUAZEIRO APRESENTOU PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO. EM FUNÇÃO DISSO, E POR OMISSÃO DO MCASP, FOI SEGUIDA, POR SIMILARIDADE,

A METODOLOGIA DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, SENDO CONSTITUÍDA UMA PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

3 O CONSÓRCIO DA REGIÃO DE BRUMADO NÃO TEVE CONTINUIDADE. O VALOR CONTABILIZADO SERÁ BAIXADO EM 2020.

Em 2019 houve também a criação do Consórcio Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, o Consórcio Nordeste. Nesse caso, como só participa Estados, o rateio foi estabelecido envolvendo a população (50%), o PIB per capita relativo (30%) e uma parte igualitária (20%). A partir desses critérios o Estado da Bahia participa com 19,04% aproximadamente. A tabela seguinte apresenta os seus números da Avaliação Proporcional Patrimonial para esse consórcio no Estado da Bahia:

PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS - AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL						
TABELA 14						
CONSÓRCIOS PÚBLICO	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO (%) (A)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) ¹ (B)	VALOR DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL (R\$) (C) = (B)*(A)%	VALOR CONTÁBIL DA PARTICIPAÇÃO (D)	RESULTADO POSITIVO / (NEGATIVO) DA APROPRIAÇÃO (E) = (C) - (D)	PROVISÃO PARA PERDAS NA PARTICIPAÇÃO
CONSÓRCIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE - CONSÓRCIO NORDESTE	19,04077	9.810.837	1.868.060	1.904.077	-36.017	-
TOTAL		9.810.837	1.868.060	1.904.077	-36.017	-

FONTE: FIPLAN E CONSÓRCIOS NORDESTE

¹ PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONSÓRCIO NORDESTE COM BASE NO BALANÇO DE 31/10/2019.

CONCLUSÃO

Os relatórios constantes da presente prestação de contas simplificada demonstram que o Estado da Bahia - apesar da crise que tem atingido a economia nacional e afetado suas receitas de forma negativa - tem cumprido todos os indicadores constitucionais, os da Lei de Responsabilidade Fiscal e os do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF; tem mantido o equilíbrio fiscal e continua firme no seu propósito de reduzir as desigualdades, criar oportunidades para todos e cuidar do bem estar social.



EQUIPE TÉCNICA

Angela Aslan Ribeiro Brito
Caio Márcio Ferreira Greve
Camille Galvão de Moura Bouzas
Carina Ramos Santos
Carlos José Alves dos Santos Júnior
Cecília Queiroz Vasconcelos Gouvea
Erickson Sodrê Afonso
Gélio da Silva Figueiredo
George Wander de Albuquerque Rodrigues
Ionara Falcão Modesto
Itamar Araújo Gomes Júnior
Jane Pereira de Santana
Jorge José Vieira da Silva
Laine Costa Correia Lima
Leila Rosana Passos da Silva
Luís Henrique Guimarães Brandão
Manuel Roque dos Santos Filho (Coordenador)
Marcos Eduardo Almeida de Amorim
Otavio Antônio Nunes West
Raimundo Gibernon de Almeida
Renato Cruz da Mata
Rita Conceição Vieira de Freitas
Rita Railda Soares Lourenço
Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal



**GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA
DA FAZENDA